

O MAU USO DA LIBERDADE

Antônio Mesquita Galvão

Não é raro se observar, no dia-a-dia de nossa vida, pessoas, grupos e instituições tentando fazer com que sua visão a respeito de fenômenos sociopolíticos, como capitalismo neoliberal, globalização, cultura pós moderna ou qualquer tipo de ideologia prevaleça. Nesse aspecto, cada segmento tem sua leitura da realidade, onde muitas vezes são obscurecidos os aspectos negativos e ressaltados os positivos. De uma forma ou de outra, no Brasil de hoje, toda a leitura do social ocorre a partir de uma conotação ideológica, setORIZADA e significativamente enraizada.

É difícil a colocação de algum ponto de vista, de uma idéia ou proposta social em que não estejam embutidos os condimentos dessa ou daquela ideologia. Considerando a existência em nosso país de várias correntes políticas que aspiram - de uma forma ou de outra - o poder, torna-se quase impossível qualquer manifestação social, política, cultural, econômica - e até religiosa - sem o componente da ideologia que move esse ou aquele segmento.

Em 1998, em consequência do lançamento, na Rede Vida, do meu livro “A crise da ética” (Ed. Vozes, 122 p. 1997), hoje na quarta edição, fui convidado a dar assessoramento ao IFA - Instituto Filosófico de Apucarana,

no Paraná, onde ocorreu, de 4 a 8 de maio, a V Semana Filosófica. O simpósio, cujo tema central foi “*Na globalização onde fica o livre-arbítrio?*”, teve a duração de uma semana, com atividades diurnas e carga total de 40 horas/aula, contando com a presença de estudantes de filosofia do próprio IFA, universitários de outras escolas e convidados.

Naquela mesma semana, tive oportunidade de, em duas noites consecutivas, ministrar conferências na FECEA - Faculdade Estadual de Ciências Econômica e Administração de Apucarana, sobre Crise da Ética e Ditadura da Mídia Neoliberal, a um seletivo auditório que congregou acadêmicos de economia e administração de empresas, professores, jornalistas, empresários e intelectuais da região.

Sabemos que o ser humano nasce livre por constituição, fruto daquele direito natural que rege (ou deveria reger) a vida em sociedade. No entanto, muitos fatores, conforme veremos no decorrer deste trabalho, concorrem para o cerceamento da liberdade do homem. Há alguns poucos que são livres. Muitos pensam sê-lo, mas não são. Outros querem libertar-se, mas não acham o caminho. A maioria nem tem ciência de sua dependência a esse ou àquele sistema.

O tema proposto pelos futuros filósofos, acadêmicos do IFA, foi significativo, atual e provocante. Considerando tratar-se de uma casa de formação de profissionais do pensamento, era imprescindível que se abordasse tão instigante assunto, não só pelo lado filosófico, mas também econômico, político e psicossocial, a fim de iluminar tão complexa reflexão e fornecer algum instrumental para o debate do dia-a-dia.

No início de 2001, tive oportunidade de participar no primeiro Fórum Social Mundial, levado a efeito em Porto Alegre, no campus universitário da PUCRS, onde estiveram reunidos representantes de mais de 50 países de todos os continentes. O encontro, como um contraponto ao Fórum

Econômico de Davos, na Suíça (onde se reuniram os mega-especuladores megaespeculadores e donos do capital mundial), procurou ser uma bandeira do não-conformismo das nações, povos, movimentos e ONGs do III Mundo contra a exploração, a o desrespeito e a ganância dos senhores do capital especulativo.

Desta forma, considerando a perene atualidade do assunto, decidi transformar em livro o trabalho desenvolvido em etapas, desde o *workshop* no Paraná, culminado pelas observações no Fórum Social de Porto Alegre. A presente obra se afigura como um subsídio informativo, podendo ser empregado como leitura sociopolítica, roteiro para debate ou livro didático nas áreas de filosofia, sociologia, política, serviço social, economia e comunicação social, tanto no terceiro grau como na pós-graduação. Entendo que as duas vertentes, uma teórica e a outra eminentemente prática deram uma melhor luz à obra.

Como professor e formador de opinião tenho observado que há, com relação ao assunto, de um lado desinformação, de outro uma visão ideológica e, ainda, a intervenção de “curiosos” que, fora de suas cátedras, “metem o bedelho” de forma superficial, limitada e – não raro – desastrada. O objetivo deste livro é, portanto, além de dar sequência ao trabalho já iniciado, levar melhores subsídios a profissionais da comunicação e da economia, políticos, professores, sindicalistas, líderes comunitários, universitários e a todos quantos querem saber mais sobre o assunto globalização. A matéria política é essencialmente dinâmica, e o que era novidade ontem se tornou-se obsoleto hoje, em termos de conceito, raciocínio ou visão geral. Quantas vezes, cheguei em sala de aula, com a matéria pronta para ser explanada, e a dúvida de um aluno ou alguma questão noticiada momentos antes pela tevê, conduziu o debate a outro rumo...

O que se tem visto, além de muitos “curiosos” e “achólogos” do assunto, é que muitas obras sobre o

(neo)liberalismo e globalização pecam em alguns aspectos fundamentais. Primeiro porque retratam apenas o lado técnico da questão. Depois, porque trazem ao debate exemplos, características e circunstâncias do I Mundo, cuja adaptação à nossa realidade nem sempre pode ser feita pela maioria dos leitores. Igualmente observa-se, nessas obras, um excesso de terminologia técnica, resultando – por causa da tradução para o português – num amontoado de jargões técnicos, expressões específicas: o chamado *economês*. Por último, alguns desses trabalhos – e eu teria uma dúzia deles a citar, se minha ética não impedisse – não revelam caminhos, nem apontam – via-de-regra – soluções, nem tampouco fazem como que um *fechamento*, projetando a reflexão ao futuro.

Na conjuntura atual, os livros, especificamente clássicos e/ou técnicos, dão alguma sustentação à análise sociopolítica. Mas não o bastante. O que, curiosamente, enseja uma leitura mais adequada da realidade, são os jornais, as revistas semanais e as fontes da informática. Em face da velocidade dos acontecimentos da era globalizada, é impossível colocar em livros, os fatos, as teorias, os assuntos *up to date*. Por voláteis e sujeitos a reexame, esses fatos transferem – muitas vezes – para os jornais, a busca bibliográfica de eventos mais recentes. Digo isto para justificar que algumas citações deste livro, ao invés das fontes convencionais, foram buscados no dia-a-dia dos jornais e da Internet.

Sobre globalização, não mais importa saber o que é; mesmo porque há centenas, talvez milhares de livros, nacionais e estrangeiros, uns pertinentes e outros disparatados, alguns escritos por mestres e muitos por curiosos, sobre a matéria. Interessa - isto sim – saber no que a globalização interfere em nossa vida, em nosso futuro, em nossas expectativas de felicidade e – sobre tudo – em nossa liberdade. Até que ponto é preciso desenvolver um senso crítico, para como que *filtrar* todo o componente ideológico que nos é imposto pela mídia moderna, a quem, em última

análise, e pela superveniência do mercado (e a mídia só fatura se o mercado for rico) interessa essa *nova ordem*?

O estudo da globalização, iluminado pela crítica da Filosofia, da Economia e da Ciência Política, sem os antolhos da ideologia da “única via” do capital, é capaz de estabelecer o contraponto a tantas *teorias* sociopolíticas dogmatizadas pelos comunicadores da mídia neoliberal, pelos grandes empresários e por suas associações classistas, para quem o *admirável mundo novo* se instaura a partir das escadas rolantes de um sofisticado *shopping center*. Esta é a proposta deste trabalho, sobre o assunto.

A grande questão que cai assustadora em nosso colo, como uma enorme melancia podre se refere à liberdade. O homem é livre para fazer o que quiser; até destruir o ambiente, matar pessoas e comprometer a vida das gerações futuras. Outros vão aqui falar sobre questões técnicas. Vou me limitar a abordar o enfoque a respeito da liberdade humana que, como filósofo e especialista em teologia moral, é meu campo de pesquisa e de atuação.

“A liberdade é o domínio de nós mesmos e da natureza, baseado na consciência das necessidades”.

(F. W. Engels)

Sempre que se fala em liberdade, o debate, seja em níveis filosóficos, sociológicos ou políticos se reacende quando alguém pergunta uma definição de liberdade, ou, sobre o que é ser livre? Os glossários, dicionários e enciclopédias estão cheios de definições a respeito do verbete liberdade: como a capacidade de autodeterminação da vontade, que permite aos seres humanos agir como desejarem. Neste sentido, costuma ser denominada de liberdade

individual. O termo está vinculado, de forma mais abrangente, ao da soberania de um país na sua vertente de liberdade nacional. O reconhecimento de uma liberdade ilimitada seria impossível na convivência humana. São necessárias e inevitáveis as restrições, sobretudo quando esses os atos interferem nos direitos equivalentes de outras pessoas.

Os ilícitos éticos, penais e religiosos têm, agregado no mau uso da liberdade, um ponderável componente. Para o ilícito tomar forma, tem que haver três elementos: a matéria grave, o pleno conhecimento e a liberdade em praticá-lo. Na realização de um ato lesivo à sociedade humana, ao meio-ambiente (que é o tema desse compêndio) e à ética formal dos grupos de indivíduos, a liberdade de se fazer algo, ou deixar de fazê-lo, é fundamental.

A natureza e extensão das restrições à liberdade, assim como os meios para defendê-las, têm criado problemas aos filósofos e juristas de todos os tempos. Quase todas as alternativas reconhecem a necessidade da existência de um Estado-governo, enquanto enquanto como grupo de pessoas investidas de autoridade para impor as restrições consideradas necessárias. Mais recente é a tendência que tem reforçado a conveniência de definir legalmente a natureza das limitações e extensão da liberdade.

O anarquismo representa a exceção a tudo isso, ao considerar que os governos são perversos por sua própria natureza, e sustenta que é preferível sua substituição por uma sociedade ideal, onde cada indivíduo respeite os princípios éticos elementares. O equilíbrio perfeito entre o direito do indivíduo de atuar, sem interferências alheias, e a necessidade da comunidade impor restrições à liberdade tem sido procurado, em todas as épocas, sem que, contudo, se tenha alcançado uma solução ideal para o problema.

Existem limites sociais de liberdade, não apenas porque o homem quer viver e viver bem, nem apenas quando os bens são escassos, e então, de modo algum, apenas porque

o homem seria, por natureza, mais ou menos um egoísta ou porque se instalam instituições coercivas como direito e estado. Ao contrário, os limites sociais começam na própria liberdade (de agir e de saber), enquanto considerada em sua perspectiva social. A meta para o convívio harmônico, numa sociedade democrática, é a liberdade.⁴⁵

Mas a questão inicial retorna, teimosa: o que é ser livre? Ser livre é exercer todos os direitos humanos. Pois a liberdade, depois da vida é o direito mais fundamental da pessoa. Até o constitucional ir-e-vir escora-se no ser livre. Ser livre, axiologicamente, é fazer tudo o que é bom para nós. Ou, fazer tudo o que se tem vontade de fazer (definição anárquico-existencialista). Ser livre é fazer o que se deve fazer (definição ontológica). A vida em sociedade, regulada por normas de comportamento, não permite ao homem fazer tudo o que pode, muito menos aquilo que quer.

Ser livre é desfrutar de liberdade, sim, mas controlar os atos de conduta, de forma autodeterminada, de acordo com os ditames considerados válidos pela ética e pela moral. Nesse contexto, a liberdade exige sempre condições de ordem social, cultural, política e econômica que tornam possível seu completo exercício. No terreno da moral, ser livre é exercer direitos e deveres frente ao outro. Liberdade é uma relação entre pessoas. Ser livre significa “ser livre para o outro”, uma vez que o outro me liga a ele. De nada me adiante ser livre se eu estiver isolado. Nesse particular, a liberdade aparece ligada aos demais fenômenos sociais, atuando em conjunto com eles.

As pessoas, hoje em dia, entendem o *ser livre* como oposto ao “estar preso”, sem reconhecer tantas prisões a que são submetidas, embora não estejam algemadas ou atadas a pesadas correntes. Há quem, embora transite pela rua, vá onde quer, é preso a mil-e-uma condicionantes, como vícios, costumes, preconceitos, hábitos. Não se pode, igualmente,

⁴⁵ O. HÖFFE, *Justiça Política*, Vozes, 1991

confundir a extensão ética da liberdade. Sou livre para fazer o bem e tomar decisões sensatas. Os grandes delinquentes, pecadores, têm ampla liberdade de praticar suas ações, nem por isso sua liberdade os leva a atitudes de valor.

No famoso “paradoxo de Sócrates”, vemos que a virtude se identifica com o conhecimento, enquanto que o vício com a ignorância. Assim, desde aquele tempo, a condição para o homem ser livre é ter ciência de sua liberdade, assim como a capacidade de avaliar o bem que dispõe em sendo livre. Na obra de Aristóteles ⁴⁶ vamos encontrar a expressão *proairésis* como “escolha deliberada” ou decisão voluntária, aquela que é tomada como fruto de uma vontade livre. Trata-se de uma crítica aos paradoxos socráticos, onde erros e pecados não são voluntários, mas fruto de alguma compulsão ou limitação incontrolada.

O que Leonardo Boff quer nos dizer é justamente, que existe no ser humano uma dimensão *águia* e uma dimensão *galinha*. Enquanto a águia nasceu para as alturas, a galinha resigna-se estoicamente ao marasmo de um galinheiro sem horizontes.

Assistimos aos esforço fantástico dos monopolizadores do ter, do saber e do poder para nos reduzir a simples galinhas. Para nos manter somente nos limites estritos do galinheiro e do terreiro. Para nos subordinar aos seus interesses. Eles são os principais responsáveis pelas ameaças de devastação e destruição que pesam sobre a Terra e a Humanidade. Para continuar a usufruir dos privilégios usurpados, extraídos dos que sustentam o sistema, se fazem surdos ao clamor desesperado de milhões e milhões de sofredores de todo o mundo e surdos ao grito lancinante da Terra. Atrevem-se a sufocar nossa águia interior, águia que nos impulsiona a gritar, a protestar, a resistir e a buscar caminhos de libertação. Eis aí o grande desafio: salvaguardar a águia, sua

⁴⁶ *Ética a Nicômaco*, III, 1

sagrada significação para o destino humano, de fazer-nos voar rumo ao espaço aberto. Não aceitamos permanecer somente na dimensão-galinha, obedientes aos mandos dos que nos querem submeter e controlar. Rejeitamos o conformismo, o pragmatismo, o comodismo porque significam formas de fuga aos desafios atuais. Repelimos veementemente o pretenso realismo histórico daqueles que apenas reproduzem o paradigma da dominação, causador de tantos sofrimentos e lágrimas à maioria da humanidade, hoje empobrecida, alienada e excluída. Porque simplesmente prolonga e agrava a crise atual, ao invés de enfrentá-la com alternativas mais esperançosas para os humanos e para a Terra. Este cenário dramático denuncia a ilimitada voracidade desse paradigma de tudo controlar para o usufruto e bem-estar de poucos, de a tudo submeter. Esta política está colocando em xeque o futuro de nosso planeta Terra. Este, corre o risco de um infarto ecológico de dimensões globais, [devido mesmo à globalização econômica e espoliadora do capitalismo]. Se este infarto vier a ocorrer, poderemos conhecer o caminho dos dinossauros há 67 milhões de anos: a devastação e a destruição. É a hora e a vez da águia. Despertêmo-la. Ela está se agitando nas mentes e nos corações de muitos. Não só. Ela anima a história e penetra na própria realidade íntima de cada ser humano. Uma águia nunca voa só. Vive e voa sempre em pares. Importa aqui recordar a lição de um mestre do Espírito. O ser humano-águia é como um anjo que caiu de seu mundo angelical. Ao cair, perdeu uma das asas. Com uma asa só não pode mais voar. Para voar tem de abraçar-se a outro anjo que também caiu e perdeu uma asa. Em sua infelicidade, os anjos caídos mostram-se solidários. Percebem que podem ajudar-se mutuamente. Para isso, devem se abraçar e completar suas asas. E só assim, abraçados e juntos, com a asa de um e de outro, podem voar. Voar alto rumo ao infinito do desejo. Sem solidariedade, sem compaixão e sem sinergia, ninguém recupera as asas da águia

ferida que carrega dentro de si. Um fraco mais um fraco não são dois fracos, mas um forte. Porque a união faz a força. Uma asa mais uma asa não são duas asas, mas uma águia inteira que pode voar, ganhar altura e recuperar sua integridade e sua libertação⁴⁷.

O livre-arbítrio nasce com a filosofia estóica, que o chamavam de *autekosion*, a lei maior da *fysis* (natureza), única força capaz de orientar a razão, talvez em resposta ao determinismo. Posteriormente seria ampliado sob Tomás de Aquino († 1274) e dogmatizado como essência do ser humano no Concílio de Trento (séc. XVI). É a liberdade da águia se opondo às limitações da galinha. Os racionalistas, empiristas e positivistas negam o livre-arbítrio, por julgarem-no contrário à razão.

Sob esse prisma, podemos ver o livre-arbítrio como uma atitude de autodeterminação ou autodomínio, da pessoa, como inteligência e vontade, que emerge de seus condicionamentos. O homem nasceu para ser livre, e o livre-arbítrio é a expressão integral dessa liberdade. Com o florescimento dos sistemas sociais, políticos e econômicos, a capacidade de as pessoas usar seu livre-arbítrio, vai ficando cada vez mais restrita.

Embora seja dito que o homem moderno é livre, observa-se que sua atuação é bloqueada por uma série de condicionantes, que o tornam elo de um sistema, uma marionete que se movimenta no palco de acordo com o *script*. A organização de tantas forças atuantes em nossa sociedade, tem limitado a capacidade humana de raciocinar e de tomar decisões.

⁴⁷ L. BOFF. *A Águia e a Galinha, uma metáfora da condição humana*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

O que o sociólogo austríaco IVAN ILLICH disse, anos passados, e que foi visto na época como uma crítica ao capitalismo americano, hoje se revela-se uma brutal realidade:

Logo logo eles vão transformar nossa sede em vontade de tomar Coca-Cola. A aprendizagem livre e criativa está *afogada* na acomodação e burocratização da escola, sustentada por mecanismos externos de controle que são os exames, estabelecidos para a aprovação e a falta de liberdade de expressão⁴⁸.

Na verdade, se a gente for olhar a fundo, nosso livre-arbítrio está indo (ou já foi) pro bebeléu. A gente vê um comercial, de comida, chocolate, pizza, refrigerante, cerveja e fica com água na boca. A própria Coca Cola, citada por Illich, na década de 50, cunhou o slogan “A pausa que refresca”. Recordam? Nos Estados Unidos, legítimo laboratório do *marketing* globalizado, criaram recentemente a divisa *cheering is thirsty work* (torcer dá uma sede!) endereçada ao público dos estádios. No Brasil eles simplificaram: é só o barulho do refrigerante caindo no copo e a frase final: “curta!”. O condicionamento dispensa maiores legendas.

Pelo fato de os nossos agrupamentos sociais serem variados, criando estamentos das mais variegadas colorações, não é raro se escutar o surgimento ou a defesa dessa ou daquela definição, desse ou daquele postulado conceitual. Na antiga Grécia, por exemplo, o exercício da liberdade era a distribuição do poder político entre todos os cidadãos, através da unção de seus representantes. Nascia a mais pura noção de liberdade, a *demo* (povo) *kratíe* (poder). Como sistema político pelo qual as pessoas de um país exercem sua soberania mediante a forma de governo que tenham decidido estabelecer, a democracia é a forma de governo que mais se aproxima dos princípios que norteiam a liberdade humana.

⁴⁸ *Educação sem escolas*, São Paulo, 1970

Nas democracias modernas, a autoridade suprema é exercida em sua maior parte pelos representantes eleitos pelo sufrágio popular em reconhecimento da soberania nacional. Esses representantes podem ser substituídos pelo eleitorado de acordo com os procedimentos legais de destituição e referendo.

Na Revolução Francesa, arguiu-se a existência de dois tipos de liberdade: a *filosófica* e a *econômica*. Essas duas formas de pensar a liberdade produziram resultados históricos totalmente desastrosos. Ora, o que adianta a teorização filosófica (você é livre!) se a pressão econômica diz que você é livre para servir a certas regras. Como a do mercado, por exemplo? No sistema das liberdades relativas (ou alegórica), o povo elege (ou pensa que elege) seus representantes, mas estes, comprometidos com outros esquemas, tudo fazem para favorecer outras liberdades (a dos donos da economia) contra o desejo libertário de seus outorgantes (os eleitores). Nesse particular, I. Berlin fala⁴⁹ em concepção *positiva* e concepção *negativa* da liberdade. A soberania (alegórica) do povo se esvai num império (real) das elites sociais. As duas liberdades refletem a primeira, inútil, e a segunda, rendosa.

Muitas das formulações criacionais de todos os credos e culturas (Bíblia, Torá, Tao, Vedas, Corão, Gilgameš e outras) dão conta que a divindade criou o ser humano com uma série de características, entre elas - prioritariamente - a da liberdade. Nos grandes códigos, sinaíticos, Ur-namu, Hamurabi, Lipit-star, Evangelho, livro de Sinuhê, etc., observa-se que Deus criou o homem livre. Também nos fragmentos do pagão Heráclito († 475 a.C.) há menções a essa liberdade como característica do ser criado. No entanto, vê-se que com o passar do tempo, sistemas têm, sutilmente, de forma subliminar, com determinação a um projeto preestabelecido, induzido o comportamento humano, tentando balizar-lhe o agir, condicionando sua forma de se conduzir.

⁴⁹ *Four Essays on Liberty*, Oxford, 1974

Tais sistemas induzem ao consumo, à ideologia, à crença, ao esse ou aquele comportamento social. Indução, sabemos, é a forma lógica e indireta de aquisição de um conhecimento, em que se parte do geral para o particular. Se algo está correto em algumas circunstâncias, certamente estará em outras, mesmo que ainda não tenha ocorrido.

A indução provocada pelos sistemas sociais provoca, em geral, o imobilismo e o estoicismo em um grupo social. E até o radicalismo e a perda de referências de esperança: “não adianta, os *homens* dizem/querem assim...”. Trata-se de uma das grandes violações à liberdade de pensar.

Em sua maioria, as correntes libertárias da humanidade ocorreram a partir de grandes revoluções da história, como a roda, a produção de alimentos e a escrita, e não implicaram necessariamente em derramamento de sangue. As revoluções sociais, filosóficas, ideológicas e praxiológicas, têm a capacidade de darem mais certo que as sedições armadas e cruentas.

Uma das grandes revoluções libertárias da história ocidental foi, sem dúvida, o *iluminismo*, convocado pelas mentes abertas, para fazer frente aos descaminhos medievais, à ignorância e ao obscurantismo que devastavam o mundo, em especial a Europa. Também chamado de “Idade da Razão” ou “Século das Luzes”, o iluminismo caracterizou-se por uma ampla “revolução intelectual”, que acolheu a razão como única forma de o homem chegar à verdade.

Descartes, em seu *cogito ergo sum* (Penso, logo existo)⁵⁰ nivela o pensamento ao próprio ser. Para ele, ser e pensar coexistem no mesmo nível de valor. Ser é existir! No revés, quem não pensa não vive. O “império das luzes”, que se opôs à Idade das Trevas, brilhou entre o século XVII e XVIII, e de suas idéias brotaram três tipos de revolução: a *intelectual* (iluminismo), a *armada* (inglesa, americana e

⁵⁰ in *Discours de la Méthode*, Paris, 1641 (t. do a.)

francesa) e a *mercantil* (industrial). Todas trazendo consigo uma forma de liberdade.

Os fisiocratas acreditavam na existência de uma lei natural. Defendiam a política econômica do *laissez-faire* (da não intervenção pública na economia), que, segundo eles, produziria de forma natural uma sociedade próspera, livre e virtuosa, razão pela qual se devia fomentar o livre comércio; também defendiam que a agricultura era o único setor produtivo capaz de criar riqueza, enquanto o comércio e a indústria somente permitiam sua distribuição. Tiveram uma importante influência durante o século XVIII, e suas idéias sobre a economia de mercado influenciaram sensivelmente Adam Smith († 1790). A partir do *laissez-faire*, Vincent de Gourmay († 1759), um fisiocrata do século XVIII, desenvolveu a teoria do *laissez-passer*. Estava se instaurando o liberalismo econômico.

Na Inglaterra do século XVII as coisas não iam tão bem como os escritores e poetas da época, como W. Shakespeare († 1616), B. Jonson († 1637) e J. Milton († 1674) relatavam em suas obras. O país, por conta da decadência do feudalismo e pela revolução religiosa ocasionada pelo cisma (1532) de Henrique VIII († 1547), experimentava um clima de autêntica ebulição, onde se digladiavam, de um lado os *realistas* e de outro os *puritanos*⁵¹.

Contra o absolutismo do rei Carlos I, o líder Oliver Cromwell († 1658) comandou um exército de *puritanos*. O rei fugiu para a Escócia, onde foi preso e entregue aos “cabeças redondas”. Foi julgado, considerado traidor do país e decapitado em 1649. A Inglaterra tornava-se uma república parlamentarista. Com a morte de Cromwell, o militar George Monk derruba o governo republicano e restabelece a monarquia. Em 1689, após um período de instabilidade, a

⁵¹ Os puritanos eram um grupo religioso perfilado à religião anglicana, fundada pelo rei Henrique VIII. Parlamentaristas, se opunham ao catolicismo inglês. Chamados de “cabeças redondas” por causa do corte de seus cabelos.

chamada “Gloriosa revolução” levou Guilherme de Orange e sua mulher Maria II ao trono. A Inglaterra tornava-se uma monarquia constitucional e parlamentar.

A partir dessas mudanças, foi publicada, como um pacto social, uma “declaração dos direitos do povo”, que defendia direitos básicos do cidadão, proibição de tributação sem aprovação do Parlamento, manutenção de exércitos permanentes. Tais princípios, libertários em origem, principalmente os relativos aos “direitos humanos” seriam frontalmente violados quando da implantação da Revolução Industrial, fins do século XVIII, início do século XIX.

Também nos Estados Unidos surgiu um movimento de liberdade. Depois de três séculos de odiosa dominação britânica os cidadãos americanos, inspirados nas idéias do iluminismo europeu, e no exemplo do chamado “direito de revolta” preconizado pela “Gloriosa Revolução” foram à luta, em busca de liberdade, numa convulsão que sacudiu toda a colônia. Contra a opressão e o colonialismo inglês, e oriunda dos ares libertários da “Idade da Razão”, o povo das colônias americanas enceta um grande movimento de emancipação, que culmina com a declaração de independência, a 4 de julho de 1776 e a subsequente *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), de inspiração iluminista e racionalista.

A Guerra Civil (1850-1869) contra a escravatura teve fundo libertador. A convulsão ocorrida na França, em fins do século XVIII (1789-1799), foi um dos mais marcantes episódios na história da humanidade. Ao brado revolucionário de *Aux armes citoyens!* todo o povo, até então subjugado pelo tacão de uma monarquia absoluta (e absolutista), pegou em armas e depôs o governo de opressão. As elites que davam sustentação à coroa francesa acabaram, ou se convertendo à causa do povo ou perdendo literalmente a cabeça.

O fim do feudalismo deslocou grande parte da população, do campo para a cidade. O país, com o surgimento de burgos, vilas e cidades, ingressou na era da cultura urbana.

Tal mudança ocasionou a emergência de um novo estamento social: a classe média, que mercê de alguma cultura e poder aquisitivo, passou a exigir mais espaço social e participação política. Essa participação questionava, prioritariamente, as benesses concedidas à nobreza, privilégios tributários com que eram brindadas as classes mais abastadas, bem como uma melhor distribuição da terra. Os historiadores costumam estabelecer um elenco de fatores que atuaram como causas da Revolução Francesa:

- a) o luxo das cortes em contraste com a miséria do povo;
- b) um sistema tributário injusto;
- c) o florescimento das idéias libertárias, oriundas do racionalismo iluminista, que levaram o povo a duvidar da “divindade” do rei Luís XVI;
- d) com a perda das colônias para a Inglaterra, no Tratado de Paris (1763) a nação se sentiu humilhada; tais perdas representaram um duro golpe na economia da classe média, que era quem pagava a conta;
- e) recusa de Luís XVI em realizar as reformas (agrária, urbana, fiscal e social) necessárias;

O mais famoso escritor do iluminismo francês, J. J. Rousseau († 1778) tornou-se, por suas idéias liberais, um dos mentores da Revolução Francesa. Seu liberalismo, retratado em sua antológica obra “O Contrato Social” (1762), um marco na Ciência Política, foi decisivo, a ponto de influenciar de forma marcante a M. ROBESPIERRE († 1794). Para as idéias liberais e de cunho comunitário de ROUSSEAU, um pacto social vale mais que mil leis:

“A sociedade não precisa de leis; deve ser organizada através do autocontrole das pessoas”⁵².

Nessa época, surge o termo *esquerda*, para caracterizar aquela facção não alinhada com a situação. Os liberais do século XVIII, na Assembléia francesa, já que os que davam apoio às forças do poder, sentavam-se à direita da mesa coordenadora dos trabalhos, cabendo as cadeiras da esquerda às oposições. A partir daí, esquerda e oposição se identificam como idéias afins. Curiosamente, os liberais, no fim do século XVIII eram *esquerda*...

Nem todas as revoluções – a despeito de seu cunho libertador – e que mudaram o curso da história humana, trazendo liberdade aos povos, foram cruentas. Para a sociedade fabril e economicamente estratificada deste século XXI, a transformação mais importante não derramou, pelo menos em tese, nenhuma gota de sangue. Trata-se da *Revolução Industrial*, em cujo bojo revela-se uma grande mudança ocorrida na indústria, a partir do séc. XIX, quando os meios de produção, até então dispersos, e baseados na cooperação individual, passaram a se concentrar em grandes fábricas, ocasionando profundas transformações sociais e econômicas.

As idéias iluministas colocam abaixo as doutrinas de poder absoluto e de dominação, seja dos meios de produção, seja da cultura popular. Nesse processo de transformação, ensejado pelas luzes da razão, ocorrem diversas revoluções (inglesa, americana e francesa) que serviram de paradigma para a mudança de mentalidade do mundo, a partir delas sob os ares liberais.

A Revolução Industrial, como passagem do período agrícola para a era industrial, ratifica todas as premissas do

⁵² *O Contrato Social*, Coleção “Os Pensadores”, Ed. Abril, 1978

liberalismo iluminista. É o vassalo se libertando do suserano. Seu início ocorreu na Inglaterra, em fins do século XVIII, início do XIX., quando as máquinas substituíram as ferramentas manuais. Isso ocasionou uma aceleração da produção, um melhor aproveitamento dos recursos naturais, e a racionalização do trabalho. Houve um ponderável incremento nos cursos técnicos, de engenharia e de mecânica. O transporte, pelo surgimento da máquina a vapor (navios e locomotivas) desenvolveu-se consideravelmente.

No campo econômico e social passam a predominar as figuras do industrial, do comerciante, do banqueiro, do armador. O eixo de raciocínio se desloca para um tipo de produção sob uma perspectiva eminentemente capitalista. O camponês se converteu em operário. Os grandes avanços tecnológicos da época são agregados à produção, e tornam-se a resultante de produções maiores com menores custos. A Revolução Industrial gerou progresso e grandes riquezas – é inegável – mas também fez surgir uma grande camada urbana proletária, oriunda de pessoas sem qualificação profissional ou egressas do campo, atraídas pelas promessas de prosperidade nas grandes cidades, gerando um *lumpenproletariat*, segundo Marx († 1883)⁵³.

A partir da Inglaterra – e logo se estendeu para o mundo ocidental – começou também a exploração da classe baixa. Os trabalhadores eram pobres, em geral analfabetos, explorados, sem direito algum, nem mesmo o de votar. Suas jornadas de trabalho, para uma semana de seis dias, eram de 12 a 14 horas por dia. Com o surgimento das classes sociais, estratificadas pela condição econômica, começam a aparecer os problemas, como descontentamento e revoltas. Esse clima, vigente no início do século XIX, daria o combustível para o florescimento das idéias socialistas e, por certo, a eclosão das grandes convulsões na Europa, que culminariam com a Revolução Bolchevista, na Rússia, em 1917.

⁵³ *Das Capital*, Londres, 1952

Em defesa dos trabalhadores explorados, surgem, ainda no século XVIII, os primeiros sindicatos, de idéias reformistas, liberais e – como tal – execrados pelos detentores do poder social e econômico. O sindicalismo, impregnado de idéias socialistas, era como que um movimento revolucionário para a época. Nos Estados Unidos, os primeiros sindicatos datam de 1860. No Brasil, os tipógrafos do Rio de Janeiro se organizaram mais ou menos nessa época.

Só no século XIX, depois de muitas lutas, é que os sindicatos passaram a ser reconhecidos como legítimos representantes das classes trabalhadoras, mesmo assim eram sempre alvo de ataques, atentados e boicotes. Como acontece ainda hoje... As lutas dos sindicatos tinham como objetivo, o respeito pela pessoa do operário, a estipulação de um contrato de trabalho, onde se fixasse as tarefas a serem executadas, as horas trabalhadas, o salário e o repouso semanal. Além desses fatores, o respeito ao trabalhador devia vir refletido igualmente na segurança e higiene no trabalho, relações trabalhistas e direito a férias e greve.

No tocante às correntes de pensamento, é lícito afirmar que o *humanismo*, outra autêntica corrente libertária, é a essência do Renascimento. Toda a opressão da Idade Média, do obscurantismo e de suas consequências, estava a reclamar uma volta das atenções da sociedade para o ser humano. Desta forma, se poderia dizer que humanismo é um modo de encarar o mundo, com ênfase ao valor do homem.

A tendência humanista, se instaurou na Europa, para fazer frente – como já dissemos – ao absolutismo dos regimes feudais e monárquicos, bem como favorecer o desenvolvimento do pensamento humano livre, até então tolhido. A *Utopia*, de Tomas Moore (Morus) († 1535), um dos clássicos da literatura mundial, funciona como uma denúncia dos comportamentos deplorados pelo autor, escrita com um fino toque de humor, com uma dramaticidade especialmente notável na composição dos diálogos. Sua invenção crítica, uma república ideal, governada por meio da

razão e sob a mais profunda tolerância religiosa, obteve uma importante e imediata ressonância no âmbito do humanismo renascentista, tanto em seu próprio país, como no resto da Europa. A proposta humanista da utopia foi transportada para as sociedades modernas, a partir da revolução Industrial.

Os sindicatos foram criados sob a idéia de serem “o paraíso da classe operária”. Como sabemos, a industrialização desnudou velhos confrontos medievais. A luta, antes latente, entre vassalos e suseranos, a partir das idéias humanistas, se torna explícita no conflito entre patrões e empregados. Nesse rastro, o Estado do Bem-Estar, socialista, é inspirado no humanismo renascentista, a partir de algumas questões inquietantes, como “o técnico deve suplantar o humano?”; “o que vale mais? o homem? o sistema? a máquina? o lucro?”. No liberalismo econômico, como veremos adiante, o Estado e as corporações procuram, de todas as formas, deter e boicotar o pensamento humanista, representado pela busca do chamado “bem comum” e pelos direitos dos trabalhadores, sejam eles individuais ou coletivos.

A Liberdade é o direito mais sagrado do ser humano. Isso já foi dito aqui, A filosofia diz que a liberdade é aquele estado do ser em que ele só obedece à sua vontade, independente de qualquer coerção externa. O homem livre – disse o filósofo F. W. Nietzsche († 1900) – é o oposto do escravo⁵⁴. No campo político, as liberdades humanas se referem aos diferentes campos da vida social, como físico, de expressão, de consciência, de pensamento, religioso, nos quais o indivíduo não tem que sofrer o controle do Estado.

No modelo aristotélico, ser livre é usufruir das instituições da *pólis*, sem ser escravo delas. Neste caso, a liberdade torna-se um oposto à ignorância e ao império das paixões, em que o ser julga e age conscientemente com relação à verdade ou à razão. O existencialismo tem a

⁵⁴ *O homem superior*, in *Assim falava Zaratustra*, Rio de Janeiro, 1977.

liberdade como elemento constitutivo da realidade humana. Por beneficiar-se de uma liberdade absoluta, J. P. Sartre († 1980) chega a dizer que “o homem está condenado a ser livre”⁵⁵. Nessa premissa, cada indivíduo deve inventar seus próprios valores, o que lhe confere uma responsabilidade esmagadora. O homem nasce livre; tão livre que pode causar dano a si mesmo e aos outros.

Baseado nos conceitos clássicos, o liberalismo filosófico chega a nós como um pensamento político e econômico que dá ênfase à liberdade, igualdade e oportunidade. Trata-se de um conjunto de idéias e doutrinas que visam assegurar a liberdade do homem em todos os campos de sua atividade.

Como “pai do liberalismo”, vamos encontrar Adam Smith († 1790), filósofo e economista escocês, considerado o fundador da economia liberal clássica. Seu famoso tratado *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (*Uma Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*), mais conhecido nos meios acadêmicos como *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, constitui o primeiro esforço de analisar os determinantes do capital e o desenvolvimento histórico da indústria e do comércio entre os países europeus, o que permitiu criar a base da moderna ciência econômica ou economia. Sua obra vem permeada por um ponderável espírito liberal. Curiosamente, os liberais já foram “esquerda”.

A partir do século XVIII começam a surgir as “declarações de direitos humanos”, de fulcro nitidamente liberal, combatendo os abusos dos governos, das polícias e dos tribunais, contra a liberdade dos indivíduos. Essa filosofia liberal, partindo do individualismo, visou resgatar a identidade e a autonomia das pessoas. Assumiu a lei do *laissez-faire* e do *laissez-passer* como princípio básico de sua

⁵⁵ in *O Ser e o nada*, Petrópolis, 1999 (7. ed.).

concepção. Tal concepção, no entanto, quando foi adotada pelo poder econômico (com o respaldo oficial) serviu para roubar a liberdade de grande parte das populações.

Em 1875, por exemplo, o deputado inglês J. Chamberlain († 1914), que se apresentava como liberal, deu uma guinada, modificando o liberalismo da Inglaterra, combatendo o nacionalismo irlandês e as organizações sindicais. O capital e as estruturas de poder começam seu ritual de apresar a liberdade.

A filosofia liberal foi excelente voz na defesa dos direitos humanos, do trabalhador, da família, da mulher (sempre discriminada), dos órfãos e dos desempregados. Quando foi assumida como “moda” pelos segmentos das elites, e converte-se em liberalismo econômico, restringiu sua atuação. A partir daí, a liberdade que precisava ser defendida era a do capitalista, do patrão, do banqueiro, que devia ser livre para cobrar, taxar, fixar preços e valores de salários. A esse novo (e péssimo) enfoque de *liberdade*, desta vez setorizada às elites, chamou-se, na segunda metade do século XX, de neoliberalismo.

Dependendo do ângulo de visada desse ou daquele segmento, a liberdade pode ser vista como um direito, uma conquista, ou utópica metáfora, ou – até quem sabe – um pouco de cada uma dessas assertivas. Na literatura sapiencial dos judeus, vamos encontrar uma colocação assaz importante, que dá o valor devido ao uso correto da liberdade:

Deus criou o homem e o deixou entregue ao poder de suas decisões.

(Eclo 15, 14).

A decisão do homem livre deve ser permanecer gozando sua liberdade. Aquele que renuncia aos valores de sua liberdade, verá, no amargo do arrependimento, o equívoco

de sua decisão. Como nos ensina I. Kant († 1804), “...se queremos progredir, não devemos repetir a história, com seus erros e descaminhos, mas fazer e escrever uma nova trajetória, onde haja chance para todos”. Isso que era um filósofo alemão, racionalista, do século XVIII.

O livre-arbítrio assoma-se na questão como a faculdade de o homem livre fazer o que quiser, o que lhe parecer justo, ético, produtivo. Ter liberdade é desenvolver aquela faculdade de agir, escolher, mostrar e aceitar o caminho. Hoje se fala em uso da liberdade, do livre-arbítrio contra o novo *liberalismo*, que nada mais é que uma prisão em roupagens novas.

Essa nova forma de deturpar o conceito de liberdade nos surge justamente no momento em que o grande poderio do capital internacional faz força para exercer seus domínios e – como um voraz e gigantesco monstro marinho – esmagar e dominar tantos quantos desavisados lhe caíam nas garras. No terreno da análise de valor, sempre cabe questionar se a nossa liberdade, o exercício de nosso livre-arbítrio, é um direito, uma conquista ou uma simples metáfora. Nós temos liberdade? Liberdade total? Você, que me lê neste momento, tem plena liberdade de dizer o que pensa, comprar o que gosta, comer o que lhe apraz? Livre arbítrio é se fazer o que se quer. Isso ocorre?

Hoje, as pessoas (e em especial os jovens que são mais frágeis quanto à indução), compram o que a mídia diz que é moda, separando bem ao acolher o que é *in* e rejeitando o que é *out*. De acordo com o que disse Illich, a tevê nos lembra que estamos com sede e ao mesmo tempo nos acena com uma tentadora garrafa de refrigerante ou cerveja. Não é assim? É lastimável ver como a mídia, o *marketing*, a propaganda, nos adotou. A gente bebe, veste, fuma o que nos dizem ser melhor, dar mais *status*. No mesmo rastro, a moral, a ideologia, o vocabulário, o comportamento, tudo segue o mesmo rastro. Já não pensamos tanto quanto antes. Também, para quê? Tem quem o faça por nós...

Conforme é “sugerido” (para não dizer uma imposição subliminar), a pessoa é induzida a pensar assim ou assado, adotar essa ou aquela postura, assumir determinado tipo de moral ou consumir outro produto. O homem fuma o cigarro tal... o jovem, dono de seu nariz veste x, o executivo bem sucedido tem o carro y, a mulher elegante se veste na loja z... e eu pergunto: isto é liberdade? O pacifista imagina que a liberdade seja um direito, direito este que nunca lhe chega em plenitude, pois sempre alguém pensa por ele, decide por ele... O ativista, que pensa que a liberdade é apenas uma conquista tenta lutar por ela, mas logo é engolfado pela voragem do mercado, onde a mídia adora servir “pratos feitos”. Do jeito que as coisas estão, a liberdade é mais metáfora, a ilusão de uma utopia, do que efetivamente um direito a ser exercido. O que se tem visto, é são pessoas cansadas lutar pelo direito, incapazes de assumir uma luta de efetiva conquista, anestesiadas pela “Novela das oito”, pelo “Programa do Ratinho” ou pelo “Jornal Nacional”, com a cabeça feita pelos comunicadores, sem forças para reagir, sem coragem para contestar (não adianta, os “homens” são fortes!), sem ânimo nem capacidade de indignação para contestar. E por aí se vai, nossa liberdade entregue em troca de alguma estratégia de *marketing*...

O grande educador Paulo Freire († 1997), mundialmente renomado, denuncia esse *anestesiamento* no processo de educação de nossa gente:

[...] reinsisto em que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas [técnicas], e por que não dizer também da quase obstinação com que falo do meu interesse por tudo o que diz respeito aos homens e às mulheres, assunto de que saio e a que volto com o gosto de quem a ele se dá pela primeira vez. Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inexorável ao sonho e à utopia. Daí o tom de

raiva, legítima raiva, que envolve o meu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo e seguro, dos fatos e dos acontecimentos [...]. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto do seu ponto de vista é possível que a razão ética não esteja com ele. O meu ponto de vista é o dos “condenados da Terra”, o dos excluídos, o dos manipulados e o dos explorados, mesmo até quando usados, em sua ingenuidade, contra si mesmos.

[...] A Ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento de desvalia [...] dos interesses humanos em relação aos do mercado. Dificilmente um empresário (egocentrado) moderno concordaria que seja um direito de *seu* operário, por exemplo, discutir durante o processo de sua alfabetização ou no desenvolvimento de algum curso de aperfeiçoamento técnico, esta ideologia do conformismo a que venho me referindo. Discutir, suponhamos, a afirmação dos que pensam pelo povo: “O desemprego no mundo é uma *fatalidade* do fim deste século”. E por que a reforma agrária não é também uma fatalidade? E por que acabar com a fome e com a miséria não são igualmente fatalidades a que não se pode fugir? ⁵⁶

Infelizmente, para muita gente, irmãos nossos desse grande Brasil, a liberdade é uma falácia⁵⁷; autêntica metáfora, isto é, uma coisa simbólica, uma utopia que não se transforma

⁵⁶ in *Pedagogia da Autonomia*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1998 (Fonte: Internet/2000)

⁵⁷ Mais do que uma simples expressão retórica, falácia tem vínculos da filosofia, onde é definida como um argumento inválido resultante de um deliberado erro na lógica dedutiva. A falácia, via-de-regra viola alguma(s) regras (s) de ética. Geralmente a verdade.

em realidade. Os sistemas dominantes apregoam a liberdade, só que liberdade para eles, para venderem, para falsearem o preço, o peso e a qualidade. Liberdade para não irem presos na hora da falcatura. Você também tem liberdade, desde que aja assim, compre o produto tal, apoie aquela ideologia, rejeite aquela outra, fume a marca x e beba aquele refrigerante. Viu como é fácil? Você nem precisa se preocupar! Os marqueteiros do sistema sabem o que é melhor para você e fazem a escolha. Afinal, com sua pouca cultura, o que você pode saber para fazer uma escolha correta? Para quê você vai se levantar tantas vezes para se servir no *buffet*? Não se preocupe, nós lhe servimos um “prato feito”.

O tecido social, prestes a se romper, revela uma estrutura viciosa (e viciada) nas relações entre os grupos que interagem em nossas sociedades. Os clichês e os estereótipos produzidos pela mídia, que dá sustentação às estruturas de poder e de riqueza, costumam mostrar fatos distorcidos, imagens tendenciosas e realidades mentirosas. Há uma enorme brecha entre os estamentos da sociedade mundial, não só no Brasil, mas na Europa igualmente e também nos Estados Unidos primeiro-mundista.

Assustados pela avalanche da marcha dos pobres, dos excluídos e dos vilipendiados, alguns organismos internacionais, inclusive a própria super-capitalista supercapitalista ONU, falam em repartir, em concórdia, em reconciliação da sociedade. Nesse aspecto eu me recordo da *señora* Hebe de Bonafini, presidenta do grupo das Madres de la Plaza de Mayo, que, discursando em Porto Alegre, no Fórum Social, chamou os especuladores reunidos em Davos de hipócritas, insensíveis e responsáveis pela morte de milhares de crianças.

Na mesma semana, alguns grupos de extrema-direita, falavam em “reconciliação nacional”, a partir da divulgação de um site na Internet, onde constasse o nome de todos os terroristas envolvidos nesse mister, na América Latina. De nova novo *La madre* Bonafini se manifestou: “É impossível

uma reconciliação enquanto o último terrorista, torturador e matador de nossos filhos estiver impune, sem sofrer a ação da justiça”.

A liberdade que os tantos “institutos liberais” que pululam por aí, preconiza, aponta para um *laissez-faire*, ou seja, na democracia vale tudo, é preciso deixar fazer, deixar desmatar, plantar árvores que vão deturpar os ecossistemas, envenenar os mananciais e expulsar o camponês de sua morda. Tudo por quer quê? Porque é preciso ganhar, ter lucro, faturar, competir, abocanhar mercados. Não estaria aí caracterizado um mau, mau não, péssimo uso da liberdade social?

Acostumados com livros de história, ciência política, sociologia e outras ciências sociais, a gente sempre se acostumou a ver os autores, nos capítulos finais, no encerramento de suas obras, encaminhar tudo para um *happy-end*, conduzindo o assunto para um melífluo e enganador *gran-finale*, todo pintado com as cores róseas da utopia alienada de quem não quer que nada mude. Afinal, a manutenção do *status-quo* interessa a muita gente...

Eu creio que tentar mascarar as coisas, só porque estamos no final de nosso texto, seria desonesto de minha parte, e contrário a todos os princípios de ética que postulo e anuncio. Fruto dos últimos estertores da ditadura e da desorientação das décadas perdidas (80 e 90), o (neo)liberalismo, por “direita” que é, luta neste momento para que as mudanças não ocorram, que as reformas não saiam do papel (e do discursos deles mesmos).

Sobra-nos alguma utopia ou apenas o amargo da decepção da perda de todos os paradigmas? Suspeita-se que o novo século nos trouxe, com a radicalização da globalização, como que um bloqueio, cada vez maior, de nossa capacidade de decidir. A mudança do quadro sociopolítico, o retorno às origens de bem e de ética, só é possível através de um profundo, sério e comprometido “contrato social”.

Há a necessidade e a possibilidade de se adotar um novo tipo de contrato social. Um contrato que tenha como pressuposto que o Estado atual e a nossa representação política tradicional são insuficientes para mediar as novas conflitividades que emergem da globalização econômica e dos parâmetros produtivos, originários da terceira revolução científico-tecnológica. Há 200 anos não criamos novas instituições, não obstante as mudanças profundas que se operaram neste período⁵⁸.

A liberdade do ser humano, é lamentável consignar, está delimitada pelos interesses do mercado. Na verdade, não temos liberdade absoluta, pois a grande mídia, a serviço do poder mercantil, atrela nossas necessidades, básicas ou secundárias, a situações de consumo. Liberdade, livre-arbítrio é aquele direito natural que a pessoa tem para agir, escolher, decidir o que é melhor para si, para sua vida.

É preciso, uma vez que a globalização neoliberal se organizou para sufocá-lo de vez, que se resgate esse direito de ser livre, arremetendo, com o apoio da crítica, contra todas as formas de *liberalismo* que andam por aí, sejam elas morais, ideológicas, econômicas, oficiais. Há que se insurgir contra a idolatria do mercado, contra os efeitos alienantes da mídia, denunciando, pressionando os patrocinadores, estabelecendo boicotes, deixando de comprar este ou aquele produto. É preciso sublevar-se – sobretudo – contra os efeitos da política internacionalizante, que já tirou nossa aposentadoria, saúde e outros direitos,: se deixamos assim como está, logo vamos perder o teto, o pão, a vida.

Segundo os postulados neoliberais (leia-se o ideário de Von Hayek), muitas (ou maioria) das tarefas da sociedade (e aí relacionam economia, política, etc.) devem ter sua soluções “confiadas” a peritos, fora da chamada esfera democrática. Utilitaristas como poucos, os neoliberais

⁵⁸ T. GENRO. *O futuro por armar*. Ed. Vozes, 2000

acreditam que a democracia só é boa quando favorece a máquina do livre-mercado. Democracia do poder vindo do povo e em seu nome sendo exercido é – para eles – balela.

E a liberdade? Ora – dizem os senhores feudais do século XXI – isto é bobagem! Para quê o povo quer liberdade? Primeiro não sabe usá-la, e depois tem quem se preocupe com isso e lhes mostre o caminho. Haja vista que alguns, medianamente livres, conduzem mal suas vidas, enchendo-se de filhos, dívidas, más companhias. É isto que “eles” dizem! Embora se confessem amantes da democracia, os (neo)liberais se revelam, na prática, muito pouco afeitos a essa prerrogativa política. A lógica intrínseca da democracia (o poder é de todos) os incomoda, pois preconiza a repartição do poder deles (endinheirados) com os outros (pés-de-chinelo). Para eles, conforme o *axioma geral* de J. S. Mill († 1873), a maioria deve ser governada pelos cultos, inteligentes e donos dos recursos⁵⁹. No mesmo rastro, Hayek vê uma contradição no Estado (que segundo ele deve ser limitado), conceder poderes ilimitados (democracia) à turba.

Em uma de suas antológicas obras⁶⁰, Agostinho de Hipona afirma que a liberdade de escolha, a capacidade de decidir, em suma, o livre-arbítrio é o que nos diferencia dos animais. Agindo instintivamente, o animal não tem muitas opções de decisão, agindo previsivelmente, conforme sua natureza. O ser humano é diferente. Diante das alternativas que se colocam à sua frente, a pessoa é capaz de decidir, certo ou errado, contra si ou a favor, mas decidir com liberdade. Essa propriedade só o homem possui. Tirá-la, deixando o ser humano sem alternativas, escolhendo por ele, é reduzi-lo à condição animal mais primária, onde apenas o instinto decide.

De uma feita, há tempos atrás, um leitor passou-me um fax sobre algumas colocações que fiz em uma crônica de jornal, dizendo não concordar com a afirmação de que “nossa

⁵⁹ *Sobre a liberdade*, Londres, 1859

⁶⁰ *O Livre-Arbitrio*, Edições Paulus, 1998 - Coleção Patrística

liberdade é relativa”. Na verdade, fiz ver ao leitor que no Brasil, do jeito que estamos, a liberdade é de fachada, mas não é real. Venderam a Vale, a CELPE, o Meridional, e outras estatais rentáveis. Você queria que vendessem? A sociedade queria? Não! No entanto, para fazer um *cash* político, o governo vendeu a despeito de nossos protestos, sem dar a mínima importância à nossa indignação. Isto é liberdade?

A aposentadoria, de uma hora para outra, passou a ser algo intangível. A pessoa de cinquenta anos é velha para conseguir emprego mas jovem para se aposentar. Alguém deu ouvidos aos nossos clamores? Os pensionistas e aposentados são explorados e ainda vão ter que pagar a conta do sucateamento da Previdência. Subiu a alíquota do Imposto de Renda, assim como subiram remédios, combustíveis, taxas de serviço público. A nação chiou. Alguém ouviu?

A gente vota em presidente, governador, senador, deputado e eles fazem o contrário daquilo que queríamos. Isso é liberdade? E onde fica o direito de protesto? As greves foram esvaziadas, os sindicalistas calados sob a ameaça de demissão, os sindicatos falidos com multas e penas de “ilegalidade”. Queixar-se a quem? Os “supremos” tribunais nacionais, nomeados pelo governo, só decidem em favor deste, sempre à revelia do interesse maior da sociedade. Apenas na Justiça do Trabalho - e assim mesmo os “liberais” querem acabar com ela - ainda decide em favor dos mais pobres. A ditadura da grande mídia, ao nítido estilo macartista, sempre quer provar que, aqueles que não pensam conforme o “sistema”, em favor de um estado “moderno” (leia-se *banana*, alegórico, cordato, fantoche, genuflexo ao estrangeiro), é inimigo do país e da modernidade. O povo é contra os desmatamentos, tem ojeriza das plantações de “exóticas”, detesta ver a poluição e a degradação de rios e fontes. É contra os alimentos geneticamente modificados (transgênicos), etc. E de que resolvem seus protestos? Nada! Os governos fazem o que querem, facilitando o jogo mercantilista dos grandes conglomerados.

Por isso, penso que nossa liberdade é relativa. Temos liberdade para ir à praia, ao cinema, ao futebol. Mas não podemos pensar diferente do esquema oficial, pois nossos representantes não nos representam e decidem contra nós. Assim, somos livres para pensar como pensam os áulicos do sistema. Nada mais que isso...

A globalização - e a definição é de Betinho - serve para o processo de anestesia que nos conduz ao consumo em massa. Ao velho Adão foram colocadas duas alternativas, comer ou não do fruto da árvore do bem e do mal. A nós, hoje, pela propaganda globalizada, e pelos estímulos psicossociais, não é dado direito de escolha, Quando menos se espera estamos bebendo Coca-Cola, usando Nike, comendo no McDonald's, usando vestindo a moda internacional, pilotando um "importado" e cantarolando o último sucesso de BOB DYLAN. A globalização, apoiada pela mídia neoliberal ("é preciso levar vantagem em tudo", lembram?) e pela emergência do mercado, nos tira, em muitos casos, o direito de pensar a vida, a moral, a história. E quem denunciou isso, no Fórum Social, por exemplo, foi chamado, por alguns, de retrógrado, membro da "esquerda festiva" e outros encômios padrão das direitas radicais.

A mídia brasileira – e já falamos bastante n(d)ela aqui – foi como que "colonizada" pela ideologia internacional. A gente liga rádio só escuta música americana. Parece que estamos no Bronx. Essa cooptação – a partir do cultural – só ajuda o capital e não soma nada em favor da população. O homem, quando não tem acesso ao trabalho e à sobrevivência, vira um animal.

Quem é INCAPAZ de tomar decisões por si só, é como um índio, um INDIVÍDUO LIMITADO, um bicho. Os reacionários das elites, nacionais e internacionais, não cansam de afirmar que a preocupação com o social é discurso anacrônico, dos anos 70. É de se questionar: existe coisa mais atrasada que transformar pessoas em escravos, em zumbis, em bichos? É este o modelo de sociedade moderna que eles

querem? O governo articula os projetos do capital, a mídia fiel elabora o *script* e boa parte da sociedade, mesmo as vítimas, se voltam contra qualquer tentativa de protesto ou de organização popular. Isso é liberdade?

Por que colocar o “índio” no mesmo contexto do “incapaz” e do “bicho”? Lê-se sobre muitas tribos que possuem uma organização social melhor do que a nossa... Gilce

DEVE CONSTAR A OPINIÃO DO AUTOR E NÃO DA “REVISORA” OK?

A própria vocação, algo inerente ao psiquismo do indivíduo, com a globalização, se esvaiu pelos ralos do pragmatismo. Hoje o jovem (e o não tão jovem também) não segue mais sua vocação, mas procura emprego (mesmo em algo que lhe desagrade), um trabalho onde paguem mais ou menos bem. Trocou-se a profissão, aquela buscada de acordo com o carisma e vocação de cada um, pelo emprego. Um amigo de meu filho, por exemplo, queria ser médico, mas como não tinha meios de pagar a faculdade e os livros, decidiu-se pela informática que, segundo ele, “...dá uma boa grana!”.

Uma aluna, desejava ser professora, mas escolheu a psicologia por causa da remuneração. Outro rapaz tinha paixão pelos estudos sociais. Como a profissão de sociólogo apresentava uma baixa (ou nula) oferta de emprego, optou por ser engenheiro de plásticos, de razoável demanda. Com a globalização (e seus efeitos) muitos estão trocando a vocação pelo salário, relativa segurança social, estabilidade.

Na globalização, além da quebra do paradigma liberdade, observa-se igualmente a falência da política como atividade representativa da *pólis*. Antes, ser político era vocação, compromisso com a cidadania; hoje é carreira,

emprego, fonte de renda (e algo mais), meio de sobrevivência. Com isso – e esse fenômeno ocorre até no primeiro mundo, inclusive EUA – o povo vai mal, enquanto a economia dos setores produtivos vai bem. O povo é livre, desde que não se rebelde contra a imponência da “liberdade”, senão, tome polícia, cacetadas, atentados, prisões, jatos de água, dentadas de cães ferozes...

Com o capital sem bandeira, estandarte da globalização, vale mais o princípio ético do “é feio perder” do que o respeito aos anseios do homem, desde os mais humildes até os letrados. Com isto, os conglomerados fazem todo o tipo de pressão para esvaziar os sindicatos, por exemplo, que a esta altura do campeonato, são praticamente a única voz em defesa da liberdade da classe trabalhadora. Para que ocorra uma mudança desse modelo é preciso que se intente uma ruptura.

O resgate dos valores sociais, como melhora da qualidade de vida humana, traz consigo duas dimensões de transformações. Na dimensão *individual*, eu devo me conscientizar (esta palavra esteve anatemizada nos tempos da ditadura) da amplitude do problema, mudando e empreendendo novas práticas, com vistas à reforma da sociedade, a partir da base. No segundo aspecto, o *social*, depois que eu me transformo e adquiro consciência do problema, devo lutar para implantar, na sociedade pluralista em que se vive, um humanismo que seja capaz de banir tanto individualismo.

É difícil? Vai demorar? As grandes caminhadas sempre começaram pelo primeiro – e decisivo – passo. Buscar as mudanças é um ato de coragem, como que um indicador de que o livre-arbítrio ainda está atuante na busca da ética e do bem comum. É aquela ruptura dos paradigmas de que tanto se fala.

Por *paradigma*, é bom que se esclareça, entende-se aquele conjunto de suposições sobre a realidade, com a qual

operamos habitualmente, sem ter consciência exata de seu valor. A palavra *paradigma*, no grego, desde os estóicos do século III a.C. tem um sentido de “modelo”. O peixe, por exemplo, não sabe que vive na água, porque nunca esteve fora dela, nem a vê. Também as pessoas, vivem em uma realidade que *nos dizem* ser suficiente. Isso é um paradigma, um modelo ideal de alguma coisa, forjado para alguém que não conhece coisa melhor. Muitos homens ainda não sabem que podem (e precisam) ser livres.

É preciso mudar. As elites (até algumas religiosas) gostam do pobre humilde, cordato, pedinte, cabeça baixa. É mais fácil manipulá-los. Não admitem organização nem autonomia. Nos anos de chumbo da ditadura, o secretário de estado americano, H. Kissinger um dos que mandavam no Brasil, referindo-se a alguns religiosos brasileiros, que incentivavam o povo a exercer o senso-crítico e a buscar direitos, aconselhou o governo a buscar novos missionários, que rezassem mais e “pensassem” menos. Foi o período áureo de pastores pentecostais e de outras denominações. Mas voltando às elites, elas aceitam que os miseráveis reivindiquem cestas básicas, mas não aceitam que eles pensem com suas próprias cabeças. Não admitem que o pobre faça política. Votar pode; fazer política, não! Isso é liberdade?

Sobre esse cerceamento de expressar-se livremente, falando em Paris, certa vez, por volta de 1970, a estudantes universitários, dom Helder Câmara († 1998) disse:

Quando ajudo os pobres, eu ganho o título de profeta. Quando questiono por que há pobres, me chamam de comunista.

Na verdade, um processo de emperramento sociocultural nos impede de pensar com liberdade. Sempre nos disseram, você é livre, desde que... Essas várias condicionantes foram como que minando nossa capacidade de decidir. Quando veio o neoliberalismo, a globalização e sua mídia, ficamos como aquele cidadão do poema de

Maiakowski († 1930), “...porque nunca dissemos nada, já não podíamos dizer mais nada”.

É o que nos diz J. P. Stédile, em uma de suas polêmicas entrevistas: lutamos contra três cercas: o latifúndio, o capital selvagem (neoliberal e excludente) e a ignorância. No terreno da busca da liberdade há que se salientar os movimentos populares, urbanos e rurais, onde as mulheres têm um papel importante nessa luta. Lúcidas, ativas, politizadas e determinadas, elas sabem onde aperta a fome, a injustiça, a discriminação e todas as faltas, de saúde, educação, segurança, moradia, políticas agrárias, etc. Ademais, quando uma liberdade específica é questionada, há um indicativo irrefutável de que toda a liberdade fracassou.

É lamentável constatar que na globalização, nosso livre-arbítrio fica postergado a planos irrelevantes. Os poderosos não querem que as pessoas pensem, que decidam, que elejam candidatos próprios, etc. Nas campanhas políticas, até vereador ou prefeito de cidades com menos de 50 mil habitantes há uma certa tolerância. No que tange ao sufrágio de deputados estaduais e prefeitos das grandes cidades, a coisa já fica mais complicada, com o poder econômico, os esquemas de política conservadora e a mídia, a trabalhar contra os projetos populares.

Subindo mais, governadores, deputados federais e senadores, aí sim o funil é mais restrito. Para a eleição de um presidente, então, onde entram em jogos muitos interesses, tudo fica adstrito às mesas de negociação, dos grandes partidos da elite, associações comerciais, banqueiros e federações patronais. É praticamente impossível um candidato popular vencer esse círculo vicioso. A mídia, manipulando habilmente dados, pesquisas e “tendências” já anuncia, meses antes, quem vai ganhar.

Como o segmento mais humilde da população adota o chamado “voto útil”, acaba votando naquele que a Rede Globo diz que vai ganhar. E quem perde é ele... O sistema

globalizado, de corte eminentemente neoliberal, tem, na limitação da liberdade do homem, seu maior trunfo para seguir vencendo e dominando. Muito dinheiro (e poder) nas mãos de poucos, gera pobreza e redução de liberdade. Esse é o quadro atual, triste, porém irretocável, da globalização. Essa perda de liberdade embrutece o homem e faz infletir sobre toda a sociedade uma avalanche de violência, por vezes incontrolável. É o que Santo Agostinho nos diz, enfaticamente:

Quando tiramos a liberdade do homem, ele passa a agir como um animal, apenas segundo a natureza (e às vezes contra ela). Quando o ser humano é privado do livre-arbítrio, isto é, da capacidade de tomar decisões livres, criam-se as origens do mal moral ⁶¹.

⁶¹ op. cit.